

QUESTÕES SOBRE O MESTRADO PROFISSIONAL E MULTIDISCIPLINAR: A EXPERIÊNCIA DO MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA EM SAÚDE DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE – SENAC/SP

Ericka Marie Itokazu*

Compondo a problemática da pós-graduação profissional e multidisciplinar

Considerando primeiramente o tema proposto para este Encontro sobre a interdisciplinaridade na pós-graduação, uma das possibilidades que pensamos em trazer seria um pouco da discussão sobre algumas questões epistemológicas que temos nos deparado sobre como percebemos a configuração do desenvolvimento técnico-científico contemporâneo e suas implicações no ensino superior e pesquisa brasileiras. O perceptível aumento na abertura de cursos e estudos pós-graduados nos últimos anos nas áreas assim denominadas multi ou interdisciplinares indica mudanças no panorama da configuração das ciências e convidam a nos perguntar se se faz necessária um debruçar-se sobre os domínios e territórios determinados pelas ciências e conhecimentos ditos disciplinares e a necessidade de ultrapassar tais limites. Temos discutido um pouco sobre essas questões porque estão postas no nosso cotidiano: estamos coordenando cursos de uma nova área ou estamos solicitando conhecimentos de diversas áreas porque lhes falta uma correlação? O entrelaçamento entre tais conhecimentos é extrínseco, ainda que agregador, ou estamos procurando-lhes uma relação intrínseca? Quais os limites destes conhecimentos estanques para solucionar as questões que estamos propondo? Os pesquisadores que formamos caminham, a longo prazo, para uma formação multidisciplinar capaz de articular saberes de diversas áreas de modo extrínseco, ou serão capazes de acompanhar a reflexão geradora de novos modelos científicos? Estaríamos formando novas especialidades dentro de determinadas áreas científicas ou ampliando sua linha de atuação? Essas são algumas das questões que aparecem em nosso horizonte,

*Representante da Profa. Dra. Alice Itani – Coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Sistema Integrado de Gestão, Faculdade SENAC de Educação Ambiental –FSEA, São Paulo.

na experiência do mestrado multidisciplinar. Pensar no solo em que se desenvolve a atividade no microcosmo em que atuamos muito nos auxilia a delinear rumos com salutares perspectivas de futuro.

Porém, estas preocupações apontam para caminhos que ainda não trilhamos e voltam-se mais para a reflexão especulativa, exercício necessário para manter amplo nossos horizontes, porém, não esclarecedores sem um conhecimento do passado e do histórico sobre o qual queremos interferir. Afinal, não é possível discutir perspectivas de um futuro sem domínio e conhecimento do passado que lhe fundamenta.

Procuramos portanto trazer para esta comunicação a narrativa composta de relatos da experiência que tivemos na atividade junto à coordenação do mestrado em Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, um dos cursos de mestrado multidisciplinar do Centro Universitário Senac, motivo pelo qual fomos convidados a participar deste encontro. Este curso foi escolhido em detrimento a outros multidisciplinares do Senac e que aqui não trataremos porque o mestrado em Gestão Integrada em Saúde do Trabalho Meio Ambiente aproxima-se tematicamente dos assuntos que compõem esta mesa, mas também por um segundo motivo. Este mestrado acaba de passar por uma reformulação, que após longas sessões e muito trabalho, foi reconhecidamente aprovada na íntegra pela Capes. Compondo o histórico desta reformulação podemos narrar um ciclo concluído, uma etapa encerrada e com bons resultados que acreditamos contribuir para o debate, acreditando que muito das questões que enfrentamos sejam comuns a outros cursos.

A reestruturação do curso foi derivada de uma série de discussões com o grupo de pesquisadores e docentes, workshops internos, reuniões das coordenações e tantos encontros que fizemos para que fosse possível o enfrentamento de questões importantes que percebíamos poderem dificultar o desempenho que esperávamos para este curso e num momento em que muito se discutia sobre a pós-graduação e o ensino superior brasileiros, em diversos eventos e congressos, o que nos impulsionou a repensar o curso inserido num panorama mais amplo. O ano de 2004 foi bastante rico neste aspecto, época em que se findavam os trabalhos de elaboração do Plano Nacional da Pós-graduação, discutia-se o ensino superior brasileiro devido ao projeto da reforma universitária e muito se debateu sobre o papel da pós-graduação e da pesquisa científica no país, seja no âmbito das universidades públicas, privadas, centros ou institutos de pesquisa. O momento, portanto, era bastante propício para se repensar uma mudança interna do curso que dialogasse com as questões propostas para a pós-graduação brasileira que configurava diretrizes para os anos vindouros. Discutir o mestrado multidisciplinar profissional em Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente não se limitava às suas

questões internas, mas também exigia a compreensão do próprio papel das pesquisas multidisciplinares e a formação profissional em seus aspectos mais amplos inseridas no contexto do debate nacional.

Um bom instrumento para o início dos trabalhos foi o Plano Nacional da Pós-graduação 2005-2010, que analisamos junto às últimas portarias da CAPES e a sua avaliação trienal feita em 2004. Nestes documentos e relatórios é notória a ampliação do âmbito da pesquisa brasileira nas áreas multidisciplinares na tentativa de proporcionar, de direito e de fato, a pesquisa interdisciplinar em modalidades de pós-graduação até então desconhecidas no país, como, por exemplo, o mestrado profissional, regulamentado em 1998.

Retrospectivamente, também é perceptível a ampliação dos graus, domínios e compreensão dos destinos da pós-graduação brasileira. Tomando como referência inicial o Parecer 977 do Conselho Federal de Educação, Câmara de Ensino Superior (CESu-CFE) de 1965, documento cujo subtítulo é “Definição dos cursos de pós-graduação”, verificamos que a pós-graduação encontrava-se privilegiadamente voltada para o âmbito acadêmico de onde se originava: “a pós-graduação torna-se, assim, na universidade moderna, cúpula dos estudos, sistema especial de cursos exigido pelas condições de pesquisa científica e pelas necessidades do treinamento avançado (...) a pós-graduação tem por fim oferecer, dentro da universidade, o ambiente e os recursos adequados para que se realize a livre investigação científica e onde possa afirmar-se a gratuidade criadora das mais altas formas da cultura universitária”¹. Ora, a inserção e o papel desenvolvido hoje pelo sistema nacional de pós-graduação brasileiros ultrapassaram os muros da academia. Um breve relato dos perfis do planejamento nacional em área pós-graduada é suficiente para esclarecer-nos²: o I Plano Nacional da Pós-graduação (PNPG 1975-1979) compreendia o papel da pós-graduação num eixo principal caracterizado como subsistema do sistema universitário, enfatizando sua expansão para gerar a formação de professores universitários; diferentemente, o III Plano (PNPG 1986-1989), apontando para a conquista da autonomia nacional, relacionada à independência econômica, científica e tecnológica, altera aquele eixo e prioriza a formação de recursos humanos de alto nível, não se restringindo à formação docente. A temática principal é proporcionar a integração de dois grandes sistemas, o universitário e

1. Este Parecer pode ser encontrado na íntegra em **Legislação e Normas da Pós-graduação Brasileira**, 2 ed. atualizada, Brasília: Funadesp, 2002, p.279-298.

2. Este histórico foi intensamente analisado por Francisco César de Sá Barreto, que presidiu os trabalhos da Comissão PNPG 2005-2010. Recentemente, em palestras promovidas durante o ano de 2004 pelo Instituto de Estudos Avançados da USP, apresentou estas análises na conferência “O futuro da pós-graduação brasileira”, cujo texto encontra-se disponível no site do IEA/USP.

o da ciência e tecnologia, ampliando o horizonte do papel da pesquisa científica ainda que seja resguardada a universidade como ambiente privilegiado para a produção de conhecimento. A situação atual do Sistema Nacional da Pós-graduação (SNPG) já está bastante diferenciada.

Como é possível verificar na última Avaliação Trienal da Pós-graduação – 2004³ realizada pela Capes, houve expressivo crescimento de cursos em todas as grandes áreas do conhecimento, tanto em cursos de mestrado quanto doutorado, porém, é mais expressivo o crescimento em duas grandes áreas: “Multidisciplinar” e “Ensino e Ciências Sociais Aplicadas”. O desenvolvimento destas áreas está em notória consonância com o último Plano Nacional da Pós-graduação, cujos trabalhos foram concluídos em dezembro de 2004. Nele encontramos destacadamente a flexibilização do sistema em dois pontos que gostaríamos de ressaltar: 1) flexibilização na organização curricular, não mais condicionada ao modelo seqüencial mestrado/doutorado e, 2) flexibilização na estrutura de áreas de ensino/pesquisa, não mais mantida sob forma rígida disciplinar. Em oposição à rigidez do sistema e contrário ao formato disciplinar, Francisco César de Sá Barreto, que presidiu os trabalhos para formulação do PNPG 2005-2010, esclarece-nos sobre a necessidade da flexibilização, afirmando que “o sucesso da parceria do modelo seqüencial disciplinar impediu o aparecimento de outros modelos, e as novas propostas de mudança eram geralmente associadas a uma possível falta de qualidade acadêmica. Como consequência, as propostas de mudança de organização da pós-graduação, necessárias para atender à diversidade de demandas da sociedade, enfrentaram, e talvez ainda enfrentem, grandes dificuldades, tanto no interior das instituições quanto nas agências de financiamento. O PNPG 2005-2010 propõe, entre outras ações, a flexibilização do modelo de pós-graduação a fim de permitir o crescimento do sistema, a **formação de profissionais de perfis diferenciados para atender aos setores acadêmico e não-acadêmico e atuação em rede, visando atender às novas áreas de conhecimento**”⁴.

Ora, não eram justamente estas as mesmas questões que estavam presentes quando se tratava de refletir e delinear as perspectivas do mestrado profissional e multidisciplinar?

Em sua conclusão, Sá Barreto aponta: o diagnóstico indica que a expansão do sistema deve ter quatro vertentes: “a capacitação de corpo docente para

3. Uma sinopse da Avaliação Trienal encontra-se publicada na **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília: Capes, v.2, n.3, mar. 2005, p.176-185. (Texto na íntegra, disponível no site da Capes).

4. Francisco César de Sá Barreto – Conferência proferida em encontros promovidos pelo Instituto de Estudos Avançados /USP (In: **O futuro da pós-graduação brasileira**, www.usp.br/iea). Grifos nossos.

instituições de Ensino Superiores, qualificação de professores para educação básica, a especialização de profissionais para o mercado de trabalho público e privado, e a formação de técnicos e pesquisadores para empresas públicas e privadas.” Compreende-se melhor o destaque dado para as recentes ações da Capes em estímulo aos mestrados profissionais, visando a inovação tecnológica que, como indica o PNPG, que “tem como um dos seus objetivos fundamentais a expansão qualificada do SNPG que leve a um expressivo aumento do número de pós-graduandos requeridos para o desenvolvimento do ensino superior no País, do sistema de ciência e tecnologia assim como do setor empresarial”.⁵

Se nos perguntamos um pouco sobre o motivo pelo qual ele está assim direcionado, é possível concluir que há um movimento de rearticulação do Sistema Nacional de Pós-graduação que pensa agora não somente ao desenvolvimento científico e tecnológico ou na formação de corpo docente. Há, certamente, preocupação explícita em diminuir as discrepâncias nos índices de desenvolvimento das regiões sul e sudeste com relação a outras regiões, porém, há outro fator preocupante destacado na proposta do PNPG 2005-2010: a ausência ou a pequena evolução na formação de novos profissionais e criação de novas carreiras que atendam não somente às demandas do mercado ou pesquisa institucionalizadas, mas que possa cumprir com a tarefa de tornar a atividade tecnológico-científica mais intimamente associada ao desenvolvimento sócio-cultural do país, atendendo a diversidade e necessidades e singularidades regionais. É nesta perspectiva que procuramos entender o móbil da criação e atuação do Comitê Multidisciplinar na Capes, que se outrora teve um papel de incubadora da pós-graduação de outras grandes áreas, acabou por ser revelar expressivo crescimento nos últimos anos, dada marcante consonância com os diagnósticos do Plano Nacional da Pós-graduação 2005-2010. Como define o próprio Comitê Multidisciplinar em seu “Documento de Área”, o critério básico que o fundamenta é a interdisciplinaridade como “processo de síntese” que “contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, faça surgir um novo profissional com perfil distinto dos já existentes e transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas”.

Relatos sobre a reformulação do Mestrado em Sistema Integrado de Gestão

Estas foram as questões que não somente compuseram o pano de fundo dos trabalhos de reformulação do curso outrora denominado de Mestrado em Sistema Integrado de Gestão, mas também incentivaram a reflexão sobre as perspectivas e finalidades do curso já em andamento. Passo portanto para um

5. Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) – 2005-2010 – Resumo Técnico (In: **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília: CAPES, v.2, n.3, p.186, mar. 2005.

breve relato do histórico deste mestrado: recomendado em 2002, o curso teve início em 2003, ano em que foi realizada a sua primeira avaliação. Nela percebemos que a apreciação do Capes apontava diretamente para a dificuldade que já observávamos durante a implantação do curso, e que deveriam estar presentes em cursos congêneres, a saber: trilhar caminhos em campos novos, propor-se construir conhecimentos inter e multidisciplinares e apresentar-se como mestrado profissional, sem referências consolidadas ou padrões e critérios de avaliação tradicionalmente regulamentados e, principalmente, a complexidade na proposta metodológica do curso.

No entendimento dos avaliadores da Capes, a proposta do curso estava centrada na preocupação com a qualidade ambiental nos diversos setores de atividade humana, tornando possível a elaboração e adoção de projetos que levem a criação de situações que amenizem as agressividades ao meio ambiente, e, conseqüentemente, ao homem. Constituindo-se, portanto, como proposta centrada em questões ambientais do desenvolvimento das sociedades modernas. O curso, tal como estava configurado, possuía duas áreas de concentração (“Meio Ambiente” e “Saúde e Segurança do Trabalho”), cada uma das quais possuía duas linhas de pesquisa. Para a área de Meio Ambiente, as linhas de pesquisa eram Ecoeficiência e Tecnologias Ambientais; para a área de Saúde e Segurança do Trabalho, as linhas eram também duas, uma homônima à área, isto é, Segurança e Saúde do Trabalho e a outra em Ergonomia. A interdisciplinaridade pretendida se evidenciava nos estudos dentro da interface Homem-trabalho e Homem-meio ambiente. E, continua o documento de avaliação, “independentemente disso, as áreas de concentração não parecem articuladas, na medida em que a perspectiva ambiental não é explicitamente tratada na área de Segurança e Saúde do Trabalho”, sendo sugerida uma melhor articulação entre as áreas de concentração e linhas de pesquisa.

Internamente, corpo docente e discente, coordenação e colaboradores, auxiliados pelo levantamento de dados feito pela diretoria de avaliação, por um lado, instrumentalizavam o trabalho com os índices das dificuldades a serem enfrentadas. Por outro lado, o debate interno proporcionado pela atividade auto-avaliativa alavancavam o a construção das propostas de alteração e de aprimoramento que precisavam apenas ser sistematizadas. Reconhece-se nisso o processo sempre constante de amadurecimento para o qual se deve manter cuidadoso olhar atento capaz manter o respiro e a atualização oxigenada das atividades desenvolvidas pelo curso. Externamente, o debate nacional em torno do PNPG e a expectativa da Avaliação Trienal da Capes, encorajavam a ampliar as mudanças não somente na caracterização de suas disciplinas, mas abrangendo também as linhas de pesquisa, fusão das áreas de concentração, até alterando sua denominação. Em sua proposta final, aprovada pela Capes, o curso deixa

de utilizar seu antigo nome “Sistema Integrado de Gestão” passando a ser denominado “Mestrado em Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente”.

Cabe-nos aqui ressaltar o que estamos nomeando de “reformulação”: é o momento da sistematização de um processo já presente e característico de cursos em constante amadurecimento, cuja dinâmica permite proposição de moldes e roupagem nova sem ferir a sua identidade. Ora, isto parece-nos ser próprio de cursos de área multidisciplinar, que procura construir novos perfis para a pós-graduação. Um exemplo deste processo é a unificação das duas áreas de concentração que, no modelo bipartite, enrigessiam a metodologia desenvolvida pelo curso. Tal emolduramento era verificável nas discussões e projetos de pesquisa que mostravam visivelmente a divisão entre as duas áreas. Os projetos dos mestrados da área de concentração em meio Ambiente tratavam basicamente de questões específicas ao meio ambiente, o que também ocorria com a área de Segurança e Saúde do Trabalho. Por este motivo, foram desenvolvidas atividades integradas, seminários e oficinas de atividades conjuntas entre alunos e pesquisadores das duas áreas de concentração, com finalidade última de construção de discussão coletiva que proporcionasse a integração das áreas de concentração e realinhasse as linhas de pesquisa nelas desenvolvidas.

Nas atividades inter-áreas, outros fatores foram sendo observados: fazia-se necessário o reforço teórico dos fundamentos conceituais de cada área, sem o qual seria impossível aos alunos a síntese característica interdisciplinar que relacionasse os conhecimentos de diversas campos do saber e ainda coadunasse com a experiência profissional trazida por cada aluno. Foram sendo planejadas disciplinas teórico-conceituais com a finalidade específica de romper com a rigidez disciplinar, isto é, que questionassem os alicerces das certezas derivadas experiência profissional do alunado, das verdades trazidas pela sua formação de origem, posto que percebíamos que sem questionar a disciplinaridade tradicional, não forneceríamos solo capaz de dar conta da abrangência e complexidade das temáticas propostas e, conseqüentemente, impossibilitando a construção de caminhos para desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares com propostas inovadoras almejadas pelo projeto do curso e, sobretudo, a formação do mestrando pretendida.

Compreendemos também a importância do perfil do aluno do mestrado profissional, bastante diverso do pesquisador acadêmico. De certa maneira, as expectativas dos alunos representavam o espaço vazio posto entre as demandas do mundo do trabalho e as respostas da universidade, dada a distância que esta se reserva com o mundo do trabalho. Percebíamos que seria necessário fornecer um renovador processo de formação, tendo o mestrado profissional o papel de

reservar uma mais acurada atenção que a universidade deve dar à sociedade acompanhando o sistema produtivo, realizando uma conexão entre o mundo do trabalho e a responsabilidade acadêmica. Preenchendo este espaço, a universidade pode dar conta de conhecimento imprescindível, sem distanciamento espaço-temporal, e mantendo a sua autonomia reflexiva crítica e o rigor científico, isto é, sem contradições na preparação profissional e científica.

Nesta perspectiva, a nova proposta específica do Mestrado em Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio ambiente, insere o curso dentro de um cenário de discussões sobre as mudanças no setor produtivo acompanhadas por alguns setores acadêmicos, compreendendo tanto a Saúde ocupacional, que faz parte das funções de gestão nas organizações desde meados do século passado, quanto incorpora a gestão ambiental nas organizações, fenômeno mais recente em decorrência de novos modelos e padrões produtivos. Outras questões se articulam ambas as áreas: são também novos os valores éticos e questões jurídicas, amplamente discutidos devido a busca em responder a uma possível responsabilidade socioambiental, dando conta não somente de desempenho das organizações, como de exigências de padrões de uma excelência ambiental com uma gestão integrada das questões ambientais com as de saúde do trabalhador.

Estas questões foram somadas mais acuradamente à compreensão que tínhamos do papel do mestrado profissional multidisciplinar, com mais proximidade do sistema produtivo, origem dos alunos do curso: nele, requer-se dos profissionais o equacionamento dos problemas das organizações, exigindo-lhes a capacidade de, na abordagem de diversos problemas outrora entendidos como estanques, reconhecer que o fato gerador é comum, convergindo para a aplicação de uma solução. São profissionais que devem atuar em processos de gestão que apresentam questões altamente conflitivas, desde danos à saúde do trabalhador e da comunidade do entorno, até o cuidado com diversos riscos da atividade produtiva, passando pelos passivos ambientais, onde o conjunto de legislações em vários níveis compõe-se com problemas econômicos e tecnológicos onde está envolvida uma rede de instituições privadas e públicas, além de associações e organizações não governamentais. Conhecimentos técnicos e tecnológicos são necessários tanto quanto econômicos e sociais. Estratégias e metodologias para a composição e o gerenciamento destas questões bem como das interfaces presentes em cada uma delas.

Reconhecíamos que a introdução desses novos padrões e sistemas de gestão direcionam a ação das organizações no atendimento aos itens propostos por estes modelos, sobretudo pela obtenção de certificações. Também o arcabouço legal e institucional envolvido tanto na gestão ambiental, quanto na gestão da saúde do trabalhador têm moldado as ações dos dirigentes. Contudo,

tais certificações e o atendimento destas exigências solucionam os problemas relacionados aos riscos presentes nas atividades produtivas, como também não apresentam grandes melhorias na saúde do trabalhador e, ainda assim, têm afetado a saúde da sociedade, o que coloca em questão a responsabilidade social e a sustentabilidade das organizações.

O profissional e pesquisador que pretendíamos formar deveria ser capaz de necessária reflexão sobre os novos processos produtivos, além da adaptação criadora capaz de delinear diretrizes e estratégias, soluções e alternativas e mesmo criar metodologias e instrumentos para processos de gestão. A formação facetada e multi-setorial, alicerçada em instrumentos normativos autônomos não seria suficiente, propondo agrupamentos de abordagens unidimensionalizadas, incapazes da compreensão integrada da complexidade destes fenômenos, cujos resultados são limitantes na proposta de novas soluções. Reconhecemos nisso a oportunidade para a contribuição, por parte da universidade, em programa multidisciplinar na formação deste novo profissional tanto quanto na discussão deste estudo.

No antigo molde do mestrado não estávamos nos aproximando deste escopo. Se está sendo posta em questão os reflexos das certificações e dos modelos de gestão, o mestrado não poderia mais denominar-se “Sistema Integrado de Gestão” o que, no desenvolvimento da nova proposta encorajou-nos a solicitar a alteração do nome do curso para “Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente”. Por outro lado, se procuramos não perpetuar a formação facetada dos alunos, também não se deveria manter as duas áreas de concentração. Como afirmamos, os problemas que se referem ao meio ambiente e a segurança saúde do trabalhado são como que duas faces da mesma moeda, tornando-se necessária a unificação das áreas de concentração do curso numa única área, Gestão em Saúde e Meio Ambiente, com duas linhas de pesquisa: Gestão Integrada e, a segunda, Saúde, Meio Ambiente e Trabalho.

Não há perfil determinado na graduação dos alunos, dentro dos quais temos advogados, biólogos, químicos, engenheiros, sanitaristas. Porém, em geral, são quadros seja de empresas de pequena, médio e grande porte como Petrobrás, Qualix, Bunge, Dow Química, Natura, o que aumenta a responsabilidade na formação crítica tão característica da academia sem esquecer de instrumentalizar o aluno como o profissional que pode interferir em processos produtivos. Isto exige certa especificidade do corpo docente, que além pesquisador docente, deve ter também em seu currículo uma vasta experiência profissional nestas áreas implicadas, visto que, não podemos esquecer, pretendemos torná-los capazes da pesquisa, o que lhes é possível somente com o distanciamento próprio do olhar analítico necessário para o rigor científico, promovendo uma autonomia

reflexiva frente ao cotidiano em que estão inseridos. Por outro lado, e, simultaneamente, é importante destacar o aproveitamento da riqueza de dados primários a que os alunos têm acesso para que consigam, com o devido tratamento metodológico e densidade teórica, fazer com que sua experiência profissional também contribua com publicações colaborando para o desenvolvimento da pesquisa universitária na própria academia.

Concluindo nossos trabalhos, o programa então foi reestruturado procurando abranger estas temáticas, revelando um curso que não trata apenas de gestão, mas de um programa de formação que navega nos programas de gestão como para além desses limites, na intersecção entre áreas de conhecimento e que possibilitando a criação de novas metodologias, ferramentas, instrumentos para pensar modelos produtivos, as organizações e instituições atuantes nessa intersecção saúde do trabalho x meio ambiente, como novas teorias sobre sociologia, ambiental, economia ambiental e da saúde e saúde do trabalho.

Eis um pouco do que almejamos conquistar: associar a discussão tecnológica, econômica e social, ao mesmo tempo teórico-metodológica possibilitando a projeção nos conteúdos, mantê-los sempre atuais e relevantes nas temáticas envolvidas de modo a acompanhar os reflexos da dinâmica que está na base do sistema produtivo, com o olhar específico a que poder ser configurado para o mestrado profissional multidisciplinar: múltiplo e integrado, dentro e fora dos processos produtivos, com a proximidade e a interferência profissional, e, ao mesmo tempo, com necessário distanciamento e reflexão crítica. Mas há muito ainda por se fazer.